

DEPUTADOS e senadores tiveram meses para discutir e votar as matérias — pertinentes e imperinentes — que foram sendo submetidas à sua apreciação. Nesse período, em sua esmagadora maioria, primaram pela ausência. Câmara e Senado viveram às moscas, embora os jetons fossem religiosamente pagos aos que não davam o ar de sua graça.

Para limpar a pauta superlotada, as mesas das duas casas promoveram esta semana mais um assim dito **esforço concentrado** — esse leviano expediente de decidir em poucas horas sobre centenas de projetos, alguns dos quais destinados a repercutir fundo na vida nacional. Mas, como de hábito, nada de sério está sendo feito pelos parlamentares que, puxados a laço, desembarcam em Brasília.

O aspecto do plenário da Câmara, no segundo dia do esforço, não era o de um local onde se reunissem delegados do povo, imbuídos de espírito cívico e senso de responsabilidade perante a nação. Era antes o de um bazar turco, onde ninguém se entendia e onde o que de mais concreto se fazia era negociar a troca de favores.

A justificativa dos deputados e senadores para atravessar todo um semestre na ociosidade bem remunerada, fingir trabalho durante metade de uma semana e depois dar as costas de novo ao Congresso até o final da próxima sessão legislativa é uma só: a campanha eleitoral. Todos estavam e estarão nas bases, catando votos, esforçando-se concentradamente — aí sim — para garantir a reeleição e a continuidade da boa vida a que rebaixaram o mandato parlamentar.

Em circunstâncias normais, o que credencia um deputado ou senador a pleitear pela segunda vez os votos dos eleitores é o seu trabalho parlamentar. É a sua

presença no plenário, na tribuna e nas comissões. Somar votos na base do cochicho, do favor ou do cambalacho é alternativa de quem não cumpre suas altas obrigações, de quem faz da delegação popular uma sinecura.

Cada vez mais os esforços concentrados do Congresso Nacional vão-se caracterizando como simples farsa. Congressistas são eleitos e remunerados para trabalhar em tempo integral. Para apreciar e votar projetos com vagar e seriedade, não para atropelá-los em quatro dias de feira. Com o agravante de que nesses festivais de leviandade e demagogia barata nem mesmo as matérias de maior relevo conseguem lugar privilegiado na pauta. Ao se reunirem, os parlamentares desta má safra têm o cuidado de trazer para a cabeça da fila os assuntos de seu estrito interesse, como as licenças para fazer turismo à custa do contribuinte.

Para alguma coisa, no entanto, há de servir o esforço concentrado desta semana. Ele está entregando ao eleitor o argumento definitivo para sua negativa de votar em novembro naqueles que se empenharam em representá-lo da pior maneira possível. O eleitor observa o que se passa em Brasília e dará o troco na hora de eleger a Constituinte.

Da Assembléia Constituinte, aliás, o eleitor espera que resgate a instituição legislativa, hoje desmoralizada, através de algumas decisões regeneradoras. Uma seria a implantação do voto distrital, que exporia os eleitos à fiscalização dos eleitores. Outra, o encurtamento dos mandatos parlamentares para períodos de dois anos, praxe de resultados comprovadamente saudáveis nos países onde o regime democrático já se livrou das concentrações de políticos cuja preguiça só se compara à sua própria voracidade.